

Saúde

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução Conjunta - SJDC/SEDS/SES - 1, de 17-5-2013

Dispõe sobre as diretrizes e normas operacionais do Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack, denominado Programa Recomeço, instituído pelo Decreto - 59.164, de 9 de maio de 2013.

A Secretária de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, Sra. Eloisa de Sousa Arruda o Secretário de Estado de Desenvolvimento Social, Sr. Rodrigo Garcia e o Secretário de Estado da Saúde, Sr. Giovanni Guido Cerri, no uso de suas atribuições legais e nos termos do disposto do Decreto - 59.164, de 9 de maio de 2013.

RESOLVEM:

Art. 1º- O Programa Recomeço, instituído pelo Decreto Estadual - 59.164, de 9 de maio de 2013, objetiva a execução de ações de prevenção, tratamento, reabilitação, reinserção social, acesso à justiça e cidadania e de redução de situações de vulnerabilidade social e de saúde, aos usuários de substâncias psicoativas, especialmente o crack.
Parágrafo único – Serão atendidos pelo Programa e inscritos como beneficiários do “Cartão Recomeço” os usuários de substâncias psicoativas, especialmente o crack, nos termos desta Resolução.

Art. 2º- A Coordenação do Programa Recomeço e de seu Grupo Gestor serão exercidas por Coordenador do Programa Recomeço.

Art. 3º- Compete ao Grupo Gestor do Programa Recomeço:

- I– Coordenar, promover e realizar vistorias, por intermédio da respectiva Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social – DRADS, do Departamento Regional de Saúde - DRS, ou da equipe técnica da Coordenadoria de Políticas sobre Drogas - COED, às entidades interessadas no credenciamento, para fins de avaliação qualitativa, quanto à capacidade técnica, bem como em relação aos padrões de estrutura física, administrativa e de serviços;
 - II- Emitir Relatório Conclusivo, com base nos critérios estabelecidos pelo Edital de Chamamento Público, concedendo ou negando o credenciamento às entidades solicitantes;
 - III- Emitir Relatório Circunstanciado, indicando plano de melhorias a fim de que a entidade interessada possa adequar os itens insatisfatórios;
 - IV- Realizar monitoramento periódico das entidades credenciadas;
 - V– Incentivar e monitorar a Adesão dos Municípios ao Programa Recomeço;
 - VI– Acompanhar as ações desenvolvidas pelas Secretarias de Estado que tenham como público-alvo usuários de substâncias psicoativas e suas famílias;
 - VII– Credenciar entidades que prestam serviços para usuários de substâncias psicoativas e/ou suas famílias e indicar o número de vagas para a Secretaria de Desenvolvimento Social;
 - VIII– Definir o número de vagas reservadas em cada entidade credenciada, tendo como base a demanda regional e respeitando o limite máximo de vagas disponibilizadas pela entidade;
 - IX– Editar normas suplementares de funcionamento, caso necessário, para serviços de acolhimento para reabilitação de pessoas usuárias de substâncias psicoativas e a promoção de sua reintegração à vida comunitária em unidades de acolhimento social;
 - X- Promover articulação com o Município e com as entidades de acolhimento social;
 - XI– Acompanhar e monitorar a execução de todas as ações do Programa Recomeço e da Ação “Cartão Recomeço”, por meio de indicadores de avaliação de resultados.
- Parágrafo único- O Grupo Gestor reunir-se-á mensalmente ou sempre que necessário por convocação do coordenador.

Art. 4º- São ações de responsabilidade da Secretaria Estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania:

- I- Articular a formalização de parcerias com Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos

Advogados do Brasil para garantir o atendimento em plantões jurídicos já instalados ou a serem instalados.

II- Facilitar o acesso dos profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - CAPS AD aos plantões jurídicos já instalados ou a serem instalados, para atender dentro das atribuições do plantão outras necessidades das pessoas atendidas por esse serviço que, na maioria dos casos, encontram-se em risco de saúde e vulnerabilidade social;

III- Secretariar o Grupo Gestor do Programa Recomeço, nos termos do artigo 7º, § 2º, do Decreto - 59.164, de 9 de maio de 2013;

IV- Gerir a Adesão dos Municípios;

V- Realizar o Chamamento Público para o credenciamento e a habilitação das entidades de acolhimento social;

VI- Disponibilizar à Secretaria de Desenvolvimento Social, os recursos orçamentários necessários à concessão dos repasses de recursos financeiros aos beneficiários das ações e para as despesas operacionais do Cartão Recomeço;

VII- Prover, supletivamente e se necessário, os serviços do Centro Integrado de Cidadania – CIC;

VIII– Divulgar o Programa Recomeço.

Art. 5º- São ações de responsabilidade da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social:

I- Executar serviços complementares de abordagem social em áreas a serem definidas;

II- Executar o atendimento social no Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas - CRATOD, realizando, quando necessário, encaminhamentos para outros serviços da rede de saúde e rede socioassistencial;

III- Realizar as ações de acompanhamento e monitoramento de famílias e usuários de substâncias psicoativas atendidos pelo Programa Recomeço;

IV- Disponibilizar aos Municípios aderentes vagas em acolhimento social especializado em dependência química, por meio de rede socioassistencial credenciada, inclusive serviços socioassistenciais para crianças e adolescentes, utilizando o sistema informatizado;

V- Garantir a execução de estratégias para Reinserção Social para pessoas acolhidas na rede socioassistencial;

VI – Oferecer suporte técnico e programas de capacitação na temática de dependência química para trabalhadores da rede socioassistencial, inclusive dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS;

VII - Monitorar e acompanhar as ações socioassistenciais para o atendimento integral dos usuários de substâncias psicoativas;

VIII- Operacionalizar o “Cartão Recomeço”, via sistema financeiro;

IX– Disponibilizar à Instituição Financeira operacionalizadora do pagamento os recursos financeiros necessários ao pagamento dos benefícios;

X- Disponibilizar sistema de cadastro de beneficiários do “Cartão Recomeço”;

XI- Disponibilizar sistema de monitoramento dos beneficiários do “Cartão Recomeço”, possibilitando, inclusive, a emissão de relatórios analíticos e sintéticos, para o acompanhamento operacional e financeiro do Programa;

XII– Disponibilizar sistema de monitoramento para Municípios e entidades;

XIII- Promover capacitação dos gestores locais e profissionais vinculados à ação financeira relacionada ao “Cartão Recomeço”;

XIV- Estimular a adesão de Municípios ao Programa;

XV– Providenciar o desligamento automático do beneficiário da ação “Cartão Recomeço” ao atingir o limite de 180 (cento e oitenta) dias de acolhimento, comunicando o respectivo Município;

XVI– Divulgar o Programa Recomeço.

Art. 6º - São ações de responsabilidade da Secretaria Estadual da Saúde:

I- Executar o atendimento de saúde no Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas - CRATOD, para o município de São Paulo, realizando, quando necessário, encaminhamentos para outros serviços;

II- Fomentar a implantação da rede psicossocial álcool e drogas, nos municípios que aderirem ao Programa Recomeço;

III- Apoiar os municípios para que a rede psicossocial execute avaliação, encaminhamento, atendimento e acompanhamento dos usuários de substâncias psicoativas acolhidos pela ação “Cartão Recomeço”;

IV- Apoiar as ações de reinserção social em parceria com a assistência social do território.

V- Organizar e ampliar o número de leitos para internação dos casos de maior complexidade referenciados no território dos municípios que aderirem ao Programa Recomeço;

VI- Implantar tecnologia para monitoramento, acompanhamento e avaliação dos indicadores assistenciais do Programa Recomeço;

VII- Disponibilizar ações de qualificação em Saúde Mental, álcool e drogas para a rede de saúde do município que aderir ao Programa Recomeço;

VIII– Implantar o profissional interlocutor de Saúde Mental nos Departamentos Regionais de Saúde – DRS com o objetivo de acompanhar, articular e monitorar as ações de saúde vinculadas ao Programa Recomeço;

IX- Apoiar as ações do Grupo Gestor do Programa Recomeço;

X - Divulgar o Programa Recomeço.

Art. 7º- A ação “Cartão Recomeço” será operacionalizada, de forma descentralizada, por meio de parcerias com Municípios.

Art. 8º- Os Municípios interessados poderão aderir ao Programa Recomeço por intermédio da assinatura de Termo de Adesão, conforme modelo disposto no Anexo I da presente Resolução, e encaminhá-lo à: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania Coordenação de Políticas sobre Drogas do Estado de São Paulo – COED

Programa Recomeço / SJDC / SP

Pátio do Colégio - 148, 3º andar, Sé, São Paulo/SP

CEP 01.016-040.

Parágrafo único- As reservas de vagas para o “Cartão Recomeço” somente serão efetivadas após o Município assinar o respectivo Termo de Adesão.

Art. 9º- Compete à entidade credenciada:

I– realizar o atendimento conforme identificado no Plano de Atividades entregue na etapa de credenciamento;

II– submeter as informações dos beneficiários ao sistema de monitoramento do “Cartão Recomeço”;

III– comunicar, de imediato, à unidade de atendimento municipal e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social o abandono do beneficiário e outras intercorrências;

IV- providenciar à unidade de atendimento do Município, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, até o último dia útil de cada mês, relatório mensal unificado que descreva sucintamente a evolução de cada usuário interno, bem como o número de dias de acolhimento.

Art. 10- O benefício de transferência de renda “Cartão Recomeço” será concedido a pessoa física e é de uso exclusivo nas instituições credenciadas pelo Grupo Gestor do Programa Recomeço.

§ 1º- O pagamento do benefício será creditado diretamente para a entidade credenciada, durante o acolhimento do usuário de substâncias psicoativas.

§ 2º- O valor do benefício é de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por dia de acolhimento do usuário de substância psicoativa, qualquer que seja a modalidade de acolhimento social utilizada.

§ 3º- O crédito mensal do benefício dependerá do uso do cartão pelo beneficiário e do envio do relatório mensal unificado pela entidade credenciada até o último dia útil de cada mês e será proporcional ao número de dias de acolhimento, exceto quanto ao pagamento do primeiro mês do acolhimento, cujo valor será integralmente creditado à entidade credenciada, mesmo no caso de abandono ou cancelamento.

Art. 11– Para efetuar o pagamento do benefício do “Cartão Recomeço” deverá ser providenciado:

I– Pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania:

a) a formalização de termo de cooperação com a Secretaria de Desenvolvimento Social para respectiva transferência orçamentária.

II– Pela Secretaria de Desenvolvimento Social:

a) a contratação de Instituição Financeira visando operacionalizar o pagamento;

b) o encaminhamento mensal à instituição financeira contratada de relação das pessoas inscritas no Programa e das entidades credenciadas;

c) a disponibilização à instituição financeira operacionalizadora do pagamento dos recursos financeiros necessários ao pagamento dos benefícios concedidos.

III– Pela Instituição Financeira operacionalizadora do pagamento:

a) a emissão do cartão magnético;

b) o pagamento mensal dos acolhimentos efetuados pelo beneficiário, creditando diretamente na conta da entidade credenciada os respectivos valores;

c) o encaminhamento mensal à Secretaria de Desenvolvimento Social, à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e ao Grupo Gestor do Programa de relatório referente aos benefícios pagos.

IV– Pelo Município:

a) o cadastramento do beneficiário, junto ao sistema;

b) a solicitação de novo cartão magnético, em caso de erros, extravios, furto/roubo ou dano no cartão anterior.

Art. 12– O titular do cartão magnético será o próprio beneficiário do Programa.

Parágrafo único – O cartão magnético será de uso pessoal e intransferível, de apresentação obrigatória em todos os acolhimentos.

Art. 13– O pagamento à entidade credenciada, pelos acolhimentos efetuados, ocorrerá mensalmente.

Art. 14- O usuário de substância psicoativa será inscrito na ação “Cartão Recomeço” pelo Município observada ordem de apresentação, desde que considerado apto pela avaliação médico-odontológica e apresentar documentos (RG e CPF).

Art. 15- O período máximo de acolhimento do beneficiário do Programa em instituição credenciada será de até 180 (cento e oitenta) dias, devendo o município aderente comunicar essa ocorrência à Secretaria de Desenvolvimento Social.

Art. 16- O abandono do acolhimento enseja a imediata suspensão do benefício, e seu restabelecimento dependerá de justificativa adequada apresentada à referência em Saúde do Município, que o decidirá.

§ 1º- O abandono se caracterizará após evasão ou desistência por um prazo igual ou superior a 72 (setenta e duas) horas;

§ 2º- Será cancelado o benefício se transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias, a contar do abandono, não for apresentado pedido de restabelecimento devidamente motivado e instruído.

Art. 17- Os casos omissos serão analisados e resolvidos pelo Grupo Gestor do Programa Recomeço.

Art. 18- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo I

TERMO DE ADESÃO AO PROGRAMA RECOMEÇO

TERMO DE ADESÃO Nº/2013, que entre si celebram o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e o Município de/SP, visando a adesão ao Programa Recomeço e à ação “Cartão Recomeço”

O Município de _____, neste ato representado pelo Prefeito _____, RG _____ CPF _____, ADERE ao Programa Recomeço e à ação “Cartão Recomeço” no âmbito do Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack, de que trata o Decreto Nº 59.164, de 9 de maio de 2013, mediante as cláusulas abaixo descritas:

1 – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Adesão a celebração de parceria entre o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e o Município de _____, visando a adesão ao Programa Recomeço e à ação “Cartão Recomeço” aos usuários de substâncias psicoativas, especialmente o crack.

1.2. A ação governamental “Cartão Recomeço” objetiva financiar o custeio das despesas individuais nos serviços de acolhimento para reabilitação de pessoas usuárias de substâncias psicoativas e a promoção de sua reintegração à vida comunitária em unidades de acolhimento social credenciadas pelo Grupo Gestor instituído pelo Decreto - 59.164, de 9 de maio de 2013.

2 – DAS OBRIGAÇÕES E COMPETÊNCIAS

2.1. O Município se compromete em relação ao Programa Recomeço:

I- implantar os recursos necessários de acordo com a base populacional e a demanda territorial previstas na legislação do Sistema Único de Saúde – SUS e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS para o atendimento de saúde e de assistência social aos dependentes de substâncias psicoativas e respectivas famílias.

2.2. O Município se compromete em relação à ação “Cartão Recomeço”:

I- realizar avaliação médico-odontológica e juntar cópia dos documentos do interessado (RG e CPF);

II- providenciar documentos de identificação pessoal dos interessados, quando necessário;

III- inscrever os usuários de substâncias psicoativas na ação “Cartão Recomeço”, observada a ordem de apresentação e sua aptidão nas avaliações médico-odontológica, criando e mantendo atualizado o cadastro de inscritos;

IV- gerir e monitorar as vagas nas unidades de acolhimento social credenciadas e disponibilizadas pelo Grupo Gestor do Programa Recomeço;

V- indicar um Profissional de Saúde que será referência no atendimento do beneficiário;

VI- garantir, no processo de recuperação, a referência e contra referência do usuário substância psicoativa, nos termos da legislação do Sistema Único de Saúde – SUS, inclusive no caso de desligamento automático pelo atingimento do limite de 180 (cento e oitenta) dias de acolhimento;

VII- garantir o acesso aos serviços de saúde e/ou saúde mental, preferencialmente pelos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, que deverão avaliar clinicamente, elaborar projeto terapêutico individual, emitir parecer para inclusão no programa, quando indicado e, por meio de um profissional de referência, acompanhar o projeto terapêutico em saúde e reinserção social em parceria com a assistência social no território;

VIII- assegurar a visita da família ao acolhido, respeitando o Plano de Atividades a ser apresentado no processo de Chamamento Público;

IX- fiscalizar as entidades credenciadas quanto à regularidade de funcionamento e ao cumprimento do Plano de Atividades a ser apresentado no processo de Chamamento Público.

X- garantir o recâmbio do beneficiário ao município que o inscreveu na ação “Cartão Recomeço” após a conclusão do acolhimento ou o desligamento, quando necessário;

XI- designar técnico responsável pela execução local do Programa;

XII- solicitar novo cartão magnético, em caso de erros, extravios, furto/roubo ou dano no cartão anterior;

XIII- reportar ao Grupo Gestor do Programa Recomeço qualquer indicio de irregularidade;

XIV- divulgar o Programa Recomeço.

Parágrafo único– Ao aderir ao presente Programa, o Município estará aceitando o cumprimento das condições estabelecidas no Decreto Estadual - 59.164, de 9 de maio de 2013, bem como da Resolução Conjunta SEDS/SJDC/SES - ___, de ___ de ___ de 2013.

3 – DAS RESPONSABILIDADES

3.1. As falhas de gestão nas atividades que incumbam ao Município e às Entidades credenciadas sujeitarão os responsáveis às penalidades cíveis, administrativas e criminais cabíveis.

4 - DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do presente TERMO DE ADESÃO será de 18 (dezoito) meses podendo ser prorrogado por igual período por meio de Termo Aditivo.

5 – DO ACOMPANHAMENTO

5.1. O acompanhamento da execução das ações pactuadas ficará a cargo do Grupo Gestor do Programa Recomeço.

6 – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

6.1. O presente Termo de Adesão poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, por quaisquer das partes em razão do descumprimento das obrigações nele estabelecidas, pela inobservância das normas legais ou fato administrativo que o torne inexecutável.

7 – DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. A suspensão das atividades no âmbito territorial do Município poderá ocorrer a qualquer tempo, a juízo de conveniência e oportunidade do Poder Executivo Estadual, que dará ciência ao Município até 30 dias antes da suspensão das atividades.

7.2. O Governo do Estado de São Paulo não será responsável por quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária, tributária, real, fidejussória ou obrigacional de qualquer espécie em relação às obrigações assumidas pelo Município para a execução das tarefas que a este incumbam.

São Paulo, ___ de _____ de 2013.

Nome do Prefeito

Prefeito de _____

Eloisa de Sousa Arruda

Secretária de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania